AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

VOTO VISTA

RELATORIA: DLA

TERMO: VOTO-VISTA À DIRETORIA COLEGIADA

NÚMERO: 17/2025

OBJETO: AUTORIZAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL – EVTEA, PELA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA NOVA 381, REFERENTE À DUPLICAÇÃO INTEGRAL DO TRECHO DA BR-381/MG COMPREENDIDO ENTRE GOVERNADOR VALADARES E BELO ORIENTE, ATUALMENTE SOB RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA POR MEIO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DO EDITAL Nº 001/2024.

ORIGEM: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - SUROD

PROCESSO (S): 50500.043699/2025-04

PROPOSIÇÃO PF/ANTT: NÃO HÁ

ENCAMINHAMENTO: À VOTAÇÃO – PELA APROVAÇÃO

EMENTA

AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA NOVA 381 S/A ELABORAR UM ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL (EVTEA), COM OBJETIVO DE ENCONTRAR SOLUÇÕES TÉCNICAS PARA APRIMORAR A SEGURANÇA VIÁRIA NO TRECHO DA BR-381/MG COMPREENDIDO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE GOVERNADOR VALADARES E BELO ORIENTE. OS CUSTOS RELACIONADOS À CONTRATAÇÃO DO EVTEA, DESDE QUE ACEITOS PELA SUROD, SERÃO OBJETO DE RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA CONCESSÃO, POR MEIO DE REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, NA FORMA PREVISTA NA RESOLUÇÃO ANTT Nº 6.000/2022 E SUAS ATUALIZAÇÕES. DIRETOR REVISOR ACOMPANHA PARCIALMENTE O RELATOR E ENCAMINHA O FEITO À APROVAÇÃO.

1. **DO OBJETO**

1.1. Trata-se de autorização para a elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, pela Concessionária de Rodovia Nova 381, referente à duplicação integral do trecho da BR-381/MG compreendido entre Governador Valadares e Belo Oriente, atualmente sob responsabilidade da concessionária por meio do Contrato de Concessão do Edital nº 001/2024.

1.2. Diferentemente da proposição originalmente apresentada — cuja delimitação estava voltada à duplicação integral do trecho — este voto se orienta por abordagem mais ampla, que permita à ANTT avaliar alternativas diversas, inclusive intervenções previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER) ou condicionadas a gatilhos volumétricos, sem descartar previamente a duplicação, mas evitando direcionar o estudo exclusivamente a ela.

2. **DOS FATOS**

2.1. A motivação para a elaboração do referido Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) surge de uma demanda do Deputado Federal Leonardo Monteiro – PT/MG, consubstanciada no ofício OF Nº 170/2025 GDLM (SEI nº 35082509), no qual solicita que, dentro das possibilidades, seja elaborado Projeto Executivo para o trecho da BR-381/MG entre os municípios de Governador Valadares (MG) e Belo Oriente (MG), atualmente concedido à Concessionária Nova 381 S.A.

2.2. Após a realização de reunião com a participação do Deputado, do Diretor Geral da ANTT, da AESRIC e da SUROD, foi decidido o encaminhamento da demanda à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD), para análise de viabilidade e considerações.

2.3. A SUROD analisou o pleito por meio da Nota Técnica nº 9342/2025/COGIN/GEGIR/SUROD/DIR/ANTT (SEI nº 35523562), de 12/09/2025, concluindo "pela viabilidade de autorização da elaboração de EVTEA para a duplicação integral do trecho em análise, medida que permitirá avaliar de forma estruturada os aspectos técnicos, econômicos, ambientais e de conveniência da obra, subsidiando eventual inclusão contratual por meio de termo aditivo e assegurando a devida recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, na forma da Resolução ANTT nº 6.032/2023".

2.4. Ato contínuo, o Superintendente Substituto da SUROD apresentou o Relatório à Diretoria nº 483/2025 (SEI nº 35575938), acompanhado da Minuta de Deliberação (SEI nº 35575939), propondo o deferimento do pleito. Além disso, por meio do Despacho de Instrução (SEI nº 35575941) declarou que o processo reúne as condições previstas no §1º do art. 39 do Regimento Interno da ANTT para ser deliberado pela Diretoria Colegiada.

2.5. Após, o Gabinete do Diretor-Geral remeteu os autos à Secretaria-Geral por meio de despacho (SEI nº 35576004), para inclusão do processo na pauta de sorteio.

2.6. Os autos foram distribuídos, mediante sorteio, à Diretoria Felipe Queiroz, conforme a Certidão nº 35576236.

2.7. Na 257ª Reunião Deliberativa Eletrônica - RDE, os autos foram submetidos a julgamento por meio do Voto DFQ 171 (SEI nº 37180153), oportunidade na qual formulei pedido de vista (SEI nº 37311319).

2.8. Em 27/11/2025, os autos foram pautados para julgamento na 1.022ª Reunião de Diretoria Pública (SEI nº 37610838).

2.9. São estes os fatos. Passe-se à análise.

3. **DA ANÁLISE PROCESSUAL**

3.1. A matéria foi analisada pela Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) em cumprimento ao disposto no Art. 32, inciso XII do Regimento Interno da ANTT, conforme a Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022.

> *Da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária*
>
> *Art. 32. À Superintendência de Infraestrutura Rodoviária compete:*
>
> *(...)*
>
> *XII - elaborar e submeter à Diretoria Colegiada as propostas de alterações dos contratos de concessão rodoviária e de reajuste e revisão; (Redação dada pela Resolução 6017/2023/DG/ANTT/MT)*

3.2. Em relação a elaboração de estudos não previstos inicialmente no contrato de concessão, que representam alterações contratuais que geram desequilíbrio econômico-financeiro, cabe trazer os dispositivos regulamentares desta Agência que abordam tais assuntos, conforme os excertos a seguir:

> **RESOLUÇÃO ANTT Nº 5.950/2021:**
>
> ***SEÇÃO III***
>
> ***Alteração Contratual***

Art. 27. O contrato de concessão poderá ser alterado unilateralmente pela ANTT ou por acordo entre as partes.

§ 1º Se da alteração decorrer desequilíbrio econômico-financeiro, a ANTT promoverá a recomposição do equilíbrio na revisão subsequente, na forma da regulamentação, salvo renúncia por parte da concessionária.

§ 2º Quando o impacto for de difícil mensuração, a recomposição do equilíbrio poderá ser realizada por alteração de obrigações contratuais, mantendo-se a equivalência de encargos e vantagens conforme acordo entre as partes.

§ 3º O disposto no § 2º não impede a alteração unilateral da ANTT para manutenção da atualidade do serviço, que não importe em encargos adicionais extraordinários.

§ 4º As alterações no programa de exploração da rodovia anexo ao contrato de concessão serão formalizadas na versão consolidada anualmente do documento, mediante anuência da concessionária no processo administrativo correspondente para as alterações consensuais ou independentemente desta para alterações unilaterais. (Acrescentado pela Resolução 6000/2022/DG/ANTT/MI). **(Grifo nosso)**

RESOLUÇÃO ANTT Nº 6.000/2022:

ESTUDOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS DE ENGENHARIA

[...]

Obras e serviços não previstos inicialmente no contrato de concessão

Art. 40. Para inclusão ou alteração das obras e serviços não previstos inicialmente no contrato de concessão, a concessionária deverá apresentar à Superintendência competente, conforme o caso, estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental, projeto funcional ou projeto executivo acompanhado de orçamento.

§ 1º Os custos relacionados à contratação de estudos, projetos executivos e orçamentos relativos a obras e serviços não previstos inicialmente no contrato de concessão, desde que aceitos pela Superintendência competente, serão objeto de recomposição do equilíbrio por meio de revisão extraordinária: (Redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 6.063, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025)

I - quando solicitada pela ANTT sua apresentação, independentemente da formalização de inclusão da obra ou serviço no contrato de concessão; *(Redação dada pela Resolução 6032/2023/DG/ANTT/MT)*

II - quando apresentados espontaneamente pela concessionária, ***apenas se formalizada a inclusão da obra ou serviço no contrato de concessão por meio de termo aditivo.*** *(Redação dada pela Resolução 6032/2023/DG/ANTT/MT)*

§ 2º Os custos relacionados à contratação de projetos funcionais ou anteprojetos serão exclusivamente atribuídos à concessionária.

§ 3º Os estudos, projetos executivos e orçamentos serão remunerados por percentual sobre o valor da obra ou serviço ou, caso não executado, mediante prestação de contas pela Superintendência competente. (Redação dada pela Resolução 6032/2023/DG/ANTT/MT)

Art. 41. Nas propostas de inclusão ou alteração de obras e serviços não previstos inicialmente no contrato de concessão, deverão ser considerados os respectivos custos de manutenção, conservação, operação, monitoração, remoção de interferências, desapropriação, licenciamento, compensações ambientais e seguro de obra, entre outras obrigações indiretas.

Parágrafo único. Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro para custos supervenientes incorridos não contemplados inicialmente nos projetos aceitos

Art. 42. Será obrigatória a apresentação de estudo de viabilidade para obras não previstas inicialmente no contrato de concessão nas seguintes hipóteses:

I - contornos alternativos e variantes;

II - quando se tratar de obra de grande vulto;

III - quando a obra estiver localizada na área de influência de ambiente ecologicamente sensível; e

IV - outros casos expressamente indicados pela Superintendência competente.

§ 1º A apresentação de estudo de viabilidade deverá ser previamente autorizada pela Diretoria, mediante proposta da Superintendência competente, de ofício ou mediante requerimento da concessionária.

§ 2º A concessionária poderá, por sua conta e risco, elaborar e apresentar estudo de viabilidade, que será ressarcido apenas em caso de sua aceitação e aprovação da obra em revisão aprovada pela Diretoria.

§ 3º Após autorização da Diretoria, a concessionária deverá apresentar estudo de viabilidade em até 180 (cento e oitenta) dias ou outro prazo indicado pela Diretoria.

§ 4º A Superintendência competente analisará o estudo de viabilidade e informará sua aceitação ou rejeição ou determinará, fundamentadamente, a realização de ajustes e correções, em caso de incompletude ou desconformidade com o contrato de concessão ou normativos vigentes.

§ 5º A concessionária disporá do prazo de 30 (trinta) dias para reapresentar o estudo de viabilidade corrigido, em caso de determinação de diligência, contado do recebimento da notificação da ANTT, ou outro prazo indicado pela Superintendência competente.

§ 6º Caso o estudo de viabilidade tenha sido aceito pela Superintendência competente, demonstrada a viabilidade e o interesse público na obra a autorização para apresentação de projeto executivo competirá:

I - à Diretoria, para obra de grande vulto;

II - à Superintendência competente, nos demais casos.

§ 7º A concessionária disporá do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis por igual período mediante justificativa e aceitação da Superintendência competente, para apresentar o projeto executivo, contado da autorização, ou outro prazo indicado pela ANTT.

§ 8º No caso de incremento ou alteração de obras previstas inicialmente no contrato de concessão, a concessionária deverá apresentar projetos executivos e orçamentos da obra prevista originalmente e da nova obra proposta, sendo objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apenas o projeto executivo da nova obra proposta.

§ 9º O valor que deverá ser objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro corresponderá à diferença entre os orçamentos de que trata o §8º.

§ 10. Para as obras e serviços em que for apresentado e aceito estudo de viabilidade, fica dispensada a apresentação de projeto funcional.

Art. 43. Para inclusão ou alteração de obras de contornos alternativos de trechos urbanos e variantes, a concessionária deverá apresentar estudo de viabilidade contendo, no mínimo, 3 (três) propostas de traçados.

§ 1º A concessionária deverá consultar, de forma não vinculante, o interesse do Município sobre a proposta de traçado e a assunção do trecho rodoviário a ser contornado, nos limites de sua competência.

§ 2º A concessionária deverá apresentar projeto executivo e orçamento relativo ao traçado previsto inicialmente no contrato de concessão e o traçado alternativo aceito pela ANTT, para implementação da recomposição do equilíbrio econômicofinanceiro quanto à diferença de valores entre eles, sendo objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro apenas o projeto executivo da nova obra proposta.

§ 3º Para os projetos de contornos previstos inicialmente no contrato de concessão, o novo traçado deverá priorizar a extensão e os parâmetros técnicos estabelecidos no estudo de viabilidade da concessão, salvo inviabilidade fundamentada.

[...]

Art. 44. Para inclusão ou alteração de obras e serviços no contrato de concessão, a concessionária deverá apresentar inicialmente projeto funcional, mediante solicitação da Superintendência competente ou por sua própria iniciativa.

§ 1º A Superintendência competente analisará o projeto funcional, podendo:

I - determinar a realização de ajustes e correções, em caso de incompletude ou desconformidade com o contrato de concessão ou normativos vigentes;

II - Consultar a Comissão Tripartite da rodovia, de forma não vinculante, sobre a adequação do projeto funcional em função de possíveis reflexos decorrentes de execução ou de sua implementação, sob a ótica dos lindeiros do interesse geral.

III - informar a ausência de interesse na inclusão ou alteração;

IV - autorizar a elaboração de projeto executivo para obra ou serviço com preço de venda de até R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a preços correntes; e

V - submeter para Diretoria proposta de autorização de realização do projeto executivo ou estudo de viabilidade, cujo preço de venda supere o valor previsto no inciso III.

§ 2º A concessionária disporá do prazo de 60 (sessenta) dias para reapresentar o projeto funcional corrigido, em caso de determinação de diligência, contado do recebimento da notificação da ANTT, ou outro prazo indicado pela Superintendência competente.

§ 3º A concessionária disporá do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentar o projeto executivo acompanhado do certificado de inspeção acreditada, ou, se for o caso, estudo de viabilidade, em caso de aceitação ou aceitação com ressalvas do projeto funcional, contado do recebimento da autorização.

Art. 45. A Superintendência competente analisará o projeto executivo acompanhado de orçamento e informará sua aceitação ou determinará, fundamentadamente, a realização de ajustes e correções, em caso de incompletude ou desconformidade com o contrato de concessão ou normativos vigentes.

Parágrafo único. A concessionária disporá do prazo de 30 (trinta) dias para reapresentar o projeto executivo corrigido, em caso de determinação de diligência, contado do recebimento da notificação da Superintendência competente, ou outro prazo indicado por esta.

Art. 46. As alterações contratuais serão formalizadas mediante termo aditivo, na forma da primeira norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias, e seus impactos tarifários serão processados em revisão tarifária, conforme disciplinado na terceira norma do Regulamento. (Redação dada pela RESOLUÇÃO Nº 6.063, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025)

[...]

Obras de melhorias e estoque de melhorias

Art. 151. A inclusão de obras de melhorias será feita com base no estoque de melhorias, caso existente e até o seu limite, conforme previsto no contrato de concessão.

§ 1º A execução das obras do estoque de melhorias ocorrerá mediante procedimentos previstos nas seções III e IV.

§ 2º A requisição de execução de obra do estoque de melhorias pela ANTT constituirá obrigação contratual de conclusão dentro do prazo de 18 (dezoito) meses contados da solicitação da ANTT.

§ 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente da execução de obras do estoque de melhorias dar-se-á por meio da aplicação de fator tarifário de equilíbrio, aplicado na revisão subsequente à conclusão da obra de melhoria solicitada, na forma prevista no contrato de concessão e na terceira norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias.

***Art. 152. Excedido o limite do estoque de melhorias, a inclusão de obras de melhorias ocorrerá por deliberação da Diretoria, em termo aditivo, com ou sem revisão quinquenal. (*Grifo nosso)**

RESOLUÇÃO ANTT Nº 6.032/2023:

Art. 1º Aprovar a terceira norma do Regulamento das Concessões Rodoviárias, relativa à gestão econômico-financeira dos contratos de concessão de exploração de infraestrutura rodoviária sob competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Parágrafo único. Aplicam-se ao Regulamento das Concessões Rodoviárias as seguintes definições:

[...]

XIV - Revisão quinquenal: revisão do contrato de concessão, realizada em intervalos entre cinco e dez anos, que tem por finalidade a inclusão, alteração, reprogramação ou exclusão de obras e serviços, na alteração de escopo, parâmetros técnicos e de desempenho e na atualização e modernização de quaisquer outros aspectos contratuais, de modo a tornar o contrato mais eficiente e aderente às necessidades dos usuários da rodovia;

[...]

Art. 81. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão será realizada mediante utilização dos seguintes mecanismos, a critério da ANTT:

I - alteração do valor da tarifa de pedágio;

II - alteração do prazo da concessão;

III - aporte público;

V - modificação de obrigações contratuais;

V - alteração da localização ou inclusão de praças de pedágio ou pórticos de fluxo livre;

VI - estabelecimento ou remoção de cabines de bloqueio; e

VII - transferência ou retenção de valores utilizando o mecanismo de contas da concessão.

3.3. Em relação ao mérito do tema, o pleito se origina de demandas parlamentares que convergem para a solicitação de duplicação do trecho da BR-381/MG entre Governador Valadares e Belo Oriente, atualmente sob responsabilidade da Concessionária de Rodovia Nova 381.

3.4. O Contrato de Concessão da Concessionária de Rodovia Nova 381, assinado em 22 de janeiro deste ano, prevê no Programa de Exploração da Rodovia (PER) para esse segmento apenas a implantação de faixas adicionais em 32 trechos descontínuos, totalizando cerca de 42 km, com conclusão no 8º ano da concessão. Além disso, há previsão de duplicação condicionada ao atingimento de gatilhos volumétricos nos Trechos Homogêneos 41 a 44 (km 153,1 ao km 226,28), cuja execução depende de monitoramento, autorização da Diretoria e consulta ao Ministério supervisor. Trata-se, portanto, de soluções que não garantem a antecipação das obras em horizonte próximo.

3.5. De fato, o cenário de segurança viária do trecho é marcado por elevados índices de sinistros e pela presença de travessias urbanas, somado à relevância estratégica da BR-381 como corredor logístico e de integração regional, o que reforça a necessidade de avaliação de uma solução mais abrangente. O arcabouço regulatório vigente, especialmente os arts. 40 e 42 da Resolução ANTT nº 6.000/2022, autoriza a elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para obras não previstas no contrato, desde que previamente autorizado pela Diretoria.

3.6. Entretanto, embora reconheça a relevância do argumento relativo à alta incidência de acidentes no segmento, situação que também se verifica em outros pontos da rodovia, o pedido de vista deste diretor revisor surge da preocupação em preservar e fortalecer o modelo regulatório da 5ª Etapa de concessões rodoviárias recém-implementado, que procuram compatibilizar os investimentos em obras de duplicação e demais infraestruturas da rodovia com o volume de tráfego que ela apresenta. Esse modelo busca aprimorar a fluidez do tráfego e a segurança dos usuários por meio de soluções técnicas mais eficientes, como dispositivos de segurança viária e faixas adicionais em aclives e pontos críticos, e não pela duplicação integral da rodovia, medida que tende a onerar de forma significativa a tarifa de pedágio.

3.7. Vale ressaltar que os pedidos de duplicação de parlamentares, autoridades locais e usuários em geral são constantes em diversos trechos rodoviários no país, tanto em rodovias administradas pelo poder público, quanto nas operadas por entes privados. Ocorre que a duplicação, por ser mais custosa e demorada, nem sempre é a solução mais eficiente para o aprimoramento da segurança viária. Em algumas situações, a realocação de fundos para soluções mais baratas e rápidas, como melhor sinalização, instalação de barreiras de proteção, melhorias no acostamento ou implementação de medidas de moderação de tráfego (como radares e lombadas em áreas urbanas), pode fornecer um retorno de segurança mais rápido e eficiente

3.8. Assim, a proposta deste diretor revisor é, diante da necessidade aprimorar a segurança viária no trecho rodoviário em questão, se alinhar, parcialmente, ao diretor relator e autorizar a elaboração de um EVTEA que não esteja diretamente atrelado às obras de duplicação, mas sim à busca de **"soluções técnicas para aprimorar a segurança viária no trecho da BR-381/MG compreendido entre os municípios de Governador Valadares e Belo Oriente**". Estas soluções podem incluir a antecipação de investimentos estabelecidos no cronograma do Programa de Exploração da Rodovia (PER) ou **àqueles cuja execução dependam do atingimento de Gatilho Volumétrico de tráfego, como são as obras de duplicação, que não seriam, neste caso, descartadas**. Seguem os termos da minuta de deliberação proposta por este diretor revisor:

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto Vista DLA 17/2025, de 04 de dezembro de 2024, e no que consta do Processo nº 50500.043699/2025-04, DELIBERA:

Art. 1º Autorizar a Concessionária de Rodovia Nova 381 S.A. a elaborar e apresentar à ANTT Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, com objetivo de encontrar soluções técnicas para aprimorar a segurança viária no trecho da BR-381/MG compreendido entre os municípios de Governador Valadares e

Belo Oriente", incluindo a antecipação de investimentos estabelecidos no cronograma do Programa de Exploração da Rodovia (PER) ou àqueles cuja execução dependam do atingimento de Gatilho Volumétrico de tráfego , nos termos do Contrato do Edital de Concessão nº 001/2024.

Art. 2° A Concessionária deverá apresentar o EVTEA no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data de autorização.

Art. 3°Os custos relacionados à contratação do EVTEA, desde que aceitos pela Superintendência competente da ANTT, serão objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, por meio de revisão extraordinária, na forma prevista no art. 40 da Resolução ANTT nº 6.000/2022 e suas atualizações.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME THEO RODRIGUES DA ROCHA SAMPAIO

Diretor-Geral

4. **DA PROPOSIÇÃO FINAL**

4.1. Ante o exposto, acompanhando parcialmente o diretor relator, nos termos do art. 67 do Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e VOTO por aprovar a autorização para que a Concessionária de Rodovia Nova 381 elabore um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), com objetivo de encontrar soluções técnicas para aprimorar a segurança viária no trecho da BR-381/MG compreendido entre os municípios de Governador Valadares e Belo Oriente, nos termos de Minuta de Deliberação (SEI nº 37692629) acostadas aos autos.

Brasília, 23 de outubro de 2025.

Lucas Asfor Rocha Lima

Diretor

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ASFOR ROCHA LIMA**, **Diretor**, em 04/12/2025, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da Instrução Normativa nº 22/2023 da ANTT.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37688393** e o código CRC **A3E8D704**.

Referência: Processo nº 50500.043699/2025-04 SEI nº 37688393